

# Mensagem do Presidente do Grupo Banco Mundial



Robert B. Zoellick  
Presidente, Banco Mundial

O desafio do Grupo Banco Mundial é superar a pobreza global e impulsionar o crescimento e as oportunidades. O desafio deve caminhar lado a lado com o combate à fraude e corrupção para sermos eficientes e construirmos uma mudança sustentável por meio da boa governança e instituições. O vínculo entre estes dois elementos é forte: a pobreza convida à fraude e corrupção; porém, ao distorcer o regime de direito e enfraquecer o fundamento institucional do qual depende o crescimento econômico, a fraude e a corrupção solapam o desenvolvimento e aprofundam a pobreza.

Nos últimos anos apenas começamos a fazer progressos significativos no combate à fraude e corrupção. A incerteza econômica e a volatilidade política tornam difícil aumentar – ou até mesmo manter – esses ganhos. Todos os tipos de

instituição são postos à prova. Aqueles que suportarem com êxito essa situação terão sólidos mecanismos internos que aplicam a responsabilização e transparência em todos os níveis.

A Vice-Presidência de Integridade (INT) do Banco Mundial proporciona integridade e salvaguardas contra a corrupção, a fim de assegurar que os fundos do Grupo Banco Mundial sejam destinados ao desenvolvimento e à superação da pobreza. A INT é uma unidade independente que responde diretamente a mim. Eu pessoalmente leio todos os Relatórios Finais de Investigação produzidos pela INT e todos os memorandos que me põem a par de suas atividades, porque a integridade é um elemento-chave para a saúde do Grupo Banco Mundial.

Este relatório anual inclui investigações extensas do Banco Mundial, punições, recomendações, medidas preventivas e trabalho de cumprimento para eliminar a corrupção no desenvolvimento. Serve a dois propósitos muito importantes: destacar o progresso do Grupo do Banco Mundial no combate à corrupção para que o sucesso se repita; e avaliar honestamente onde estão os nossos desafios e deficiências para nos empenharmos ano após ano em melhorar a nossa atuação.

É encorajador o fato de estarmos progredindo nas áreas que anteriormente limitavam a eficiência dos nosso trabalho no combate à corrupção.

Uma dessas áreas são as recomendações nacionais. Esperamos que as autoridades nacionais dispensem a devida atenção e consideração às recomendações de informação investigativa do Grupo Banco Mundial. Do ponto de vista ideal, isso deveria levar à realização de investigações competentes, ações judiciais e adjudicação no país – mas com frequência isso não ocorre.

No entanto, em julho deste ano a Autoridade Nacional da Noruega para Investigação e Instauração de Processo Penal em Casos de Crimes Econômicos e Ambientais (Økokrim) conseguiu a condenação de três ex-funcionários da Norconsult em conexão com um projeto financiado pelo Banco Mundial na Tanzânia. Essas condenações foram consequência de uma recomendação recente do Banco Mundial e refletem a relevância mais ampla do seu trabalho de anticorrupção. E também importante, destacar o compromisso da Noruega como parceiro confiável no combate à corrupção.

Igualmente, a recomendação do Banco Mundial ao Escritório de Fraudes Graves do Reino Unido levaram a uma ordem do Supremo Tribunal desse país, proferida em julho, obrigando a firma Macmillan Publishers a pagar mais de 11 milhões de libras por sua conduta ilícita relacionada com um projeto de educação no Sul do Sudão. A decisão mostra como instrumentos jurídicos alternativos podem ser usados para combater o crime. O Grupo Banco Mundial continuará a prestar assistência aos países para que possam acompanhar melhor as recomendações, inclusive evidência adicional sobre informação, testemunhos e treinamento.

Outra área em que estamos fazendo progresso são as soluções negociadas. No ano passado, propus que as soluções negociadas se tornassem parte sistematizada do modelo de operações do Grupo Banco Mundial, de forma que possamos mais rapidamente processar as corporações delinquentes. Avançamos neste instrumento em setembro de 2010 com o apoio da nossa equipe jurídica e com estruturas de punições. Três meses depois a INT negociou uma solução com a firma de engenharia Lotti. Os termos deste acordo incluíram uma exclusão de 27 meses e uma restituição de US\$ 350.000 ao Governo de Indonésia. A Unidade de Crimes Especiais da Indonésia agiu rapidamente, acusando um consultor italiano nos termos da Lei de Corrupção Criminosa e listando funcionários do Departamento de Obras Públicas como outros suspeitos. Graças à pressão cooperativa que as soluções negociadas puderam criar, um caso relativamente direto produziu resultados rápidos e de alto impacto, reforçando a confiança do público no sistema de justiça penal.

A corrupção é um negócio sujo e não será resolvido se informarmos os malfeitores de maneira educada e discreta a respeito de sua má conduta. Ao contrário, precisamos instilar uma repulsa moral contra a corrupção em termos tanto geográficos como entre as gerações. O Grupo Banco Mundial está disposto a assumir a liderança – mas não podemos fazer progressos sozinhos. Felizmente contamos com parceiros destemidos, engenhosos e francos na Aliança Internacional de Caçadores da Corrupção, que opera no âmbito do Banco Mundial. Além disso, formalizamos o intercâmbio de informação e investigações paralelas por meio de acordos bilaterais de cooperação com autoridades de combate à corrupção no nível nacional e com 18 entidades de desenvolvimento.

Assumimos também uma posição firme no tocante à imposição de punições por má conduta, bem como à promoção da prevenção – o complemento natural às punições

rigorosas. Neste ano o Banco Mundial puniu 34 entidades e manteve 37 exclusões transversais juntamente com outros bancos multilaterais de desenvolvimento. Inserimos precauções preventivas em 48 projetos de alto risco; suspendemos a execução de diversos contratos afetados por corrupção; e desenvolvemos um treinamento em auditoria preventiva e forense para mais de 2.700 funcionários públicos e pessoal do Banco Mundial.

Por meio da Iniciativa de Recuperação de Ativos Roubados (StAR), um programa conjunto com o Escritório das Nações Unidas para o Controle de Drogas e Prevenção do Crime (UNODOC) que lançamos em 2007, estamos aumentando o custo de participar de corrupção de alto nível. Unidades de confisco de ativos, centros de inteligência financeira e autoridades tributárias do mundo inteiro precisam focar transações suspeitas a fim de suprimir o fluxo de dinheiro corrupto nas mãos de cleptocratas. A assistência técnica, geração de capacidades e intercâmbio de informações entre essas entidades são apenas os primeiros passos. Neste ano o Grupo Banco Mundial está trabalhando em estreita colaboração com os países do Norte da África e com as autoridades suíças por meio da StAR.

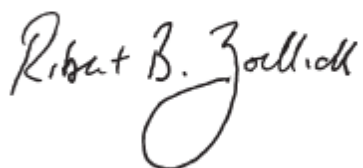
Fundos recuperados e pagamentos de restituição não podem ser repatriados a países em que instituições fracas não gerenciam devidamente os fundos. Precisamos desenvolver ferramentas que possam coletar e distribuir pagamentos de restituição e financeiros de firmas que, segundo constatado, participaram de fraude ou corrupção. Uma opção é a Iniciativa de Integridade dotada de US\$ 100 milhões, financiados pela Siemens como parte de uma solução negociada com o Banco Mundial. Outras ferramentas podem ser úteis para proporcionar financiamento direto para atualizar a devida diligência da integridade nas pequenas e médias empresas.

É mais importante do que nunca para os países tanto desenvolvidos como em desenvolvimento revigorar suas regulamentações, vigilância e cumprimento de leis existentes – e aqui tem havido verdadeiro progresso. A Lei contra Suborno, promulgada pelo Reino Unido em 2010, é uma das abordagens mais agressivas para cumprir leis antissuborno, especialmente no tocante à omissão em prevenir o suborno. A emenda, por parte da China, de suas leis, criminalizando o suborno e autoridades públicas estrangeiras e funcionários de organizações públicas internacionais, coloca este país em linha mais direta com as convenções multilaterais. Nas Filipinas a adoção pendente de legislação abrangente sobre denúncias contribuirá muito para ajudar a transparência a vencer a corrupção.

Precisamos também sincronizar os esforços internacionais. A exclusão cruzada entre bancos multilaterais, eficaz até o ano passado, lança os fundamentos para uma maior harmonização. Richard Lugar, Senador dos Estados Unidos, pediu publicamente aos bancos multilaterais de desenvolvimento que prestem contas de políticas e práticas em matéria de processo criminal contra pessoas que defraudaram bancos e aceitaram ou ofereceram subornos em seus negócios. Entre os órgãos internacionais melhorar os processos, a proteção de testemunhas e a capacidade de quantificar montantes que se impediu de serem destinados à corrupção muito contribuiria para conseguir este tipo de vigor e consistência.

Em conclusão, desejo agradecer os homens e mulheres que proporcionam evidência e

oferecem à INT informação confiável sobre fraude e corrupção, bem como os inúmeros funcionários corajosos e diligentes que combatem a corrupção e com os quais trabalhamos em estreita colaboração. O Grupo Banco Mundial sempre apoiará aqueles que defendem a boa governança. Nós nos orgulhamos de ser seus parceiros. Agradeço a todos a sua dedicação e integridade.

A handwritten signature in black ink, reading "Robert B. Zoellick". The signature is written in a cursive style with a large, prominent loop at the end of the name.

## Enquanto houver fraude e corrupção, o desafio ao desenvolvimento continuará a ser enormemente complexo e difícil.

Seja grande ou pequena, praticamente nenhuma outra ação pode solapar tão consistentemente o progresso econômico e social de um país como a corrupção. Para a Vice-Presidência de Integridade (INT) do Grupo Banco Mundial, replicar e melhorar ideias bem-sucedidas é crucial para manter um programa eficaz de combate à corrupção. Tal como em anos recentes, esses sucessos da INT no exercício financeiro de 2011 beneficiaram-se de parcerias em diversos níveis do governo e da sociedade e coincidiram com a demanda dos países clientes do Banco Mundial de apoio ao combate à corrupção.

Com base em iniciativas de anos recentes, os resultados dignos de nota da INT no EF11 centralizam-se nas seguintes áreas:

**Empenhar-se em produzir resultados no trabalho principal de investigação e sanção.** A INT encerrou 83 casos, gerenciando uma carga de trabalho proveniente de 450 alegações e queixas, dos quais 369 envolviam atividades apoiadas pelo Grupo Banco Mundial. As alegações diziam respeito a 97 países e 367 projetos. Como resultado das investigações da INT, o Banco Mundial excluiu 32 indivíduos, firmas e organizações não governamentais, impedindo-os de participar de futuros projetos financiados pelo Grupo Banco Mundial em diversos períodos. Os bancos multilaterais de desenvolvimento reconheceram em conjunto as exclusões de 37 entidades seguindo a implementação do acordo de exclusão cruzada do ano passado.

**Atendendo ao pedido de apoio a funções de combate à corrupção no Banco Mundial e nos países clientes.** A INT realizou 101 participações de consultoria, cuja maioria focou o trabalho direto com grupos-tarefa para reforçar a estrutura e a supervisão do projeto. As avaliações temáticas de riscos e lições aprendidas relacionadas com países, setores ou determinados instrumentos de empréstimo permitiram ao Banco Mundial continuar o seu trabalho vital nas áreas de alto risco. Mais de 1.300 funcionários públicos e pessoal do Banco Mundial foram treinados na realização de avaliações de fraude e corrupção ou na detecção de alertas em aquisições. A INT também proporcionou treinamento substancial em auditoria forense a 290 promotores, auditores e autoridades de combate à corrupção nas Filipinas, Indonésia, Tailândia e Jordânia. Utilizando a metodologia e os materiais fornecidos, a Comissão de Auditoria das Filipinas treinou outros 1.100 funcionários.

**Geração de impacto diversificado por meio de soluções negociadas, cumprimento e recomendações.** No EF11, o Banco Mundial fez uma revisão de seus procedimentos de penalização, possibilitando à INT resolver formalmente casos por meio de acordos, quando apropriado. Por conseguinte, a INT resolveu 11 casos por meio de soluções negociadas. A firma italiana de engenharia Lotti concordou em pagar US\$ 350.000 em restituição ao Governo da Indonésia depois de admitir ter participado de um esquema fraudulento de faturamento em um projeto financiado pelo Banco Mundial na Indonésia. Esta foi a primeira vez em que uma solução negociada exigiu um pagamento de restituição. Sete firmas adicionais relacionadas com o esquema também entraram em acordos de solução negociada com a INT, resultando em exclusões que totalizaram 16 anos e assinalando um ambiente de cumprimento mais rigoroso. A primeira solução negociada da INT com uma pequena organização não governamental mostrou também seus esforços de cumprimento extensivo a todas as entidades envolvidas em projetos de desenvolvimento. Os procedimentos e adjudicação formais de sanção por parte do Conselho de Sanções continuam a ser sumamente importantes; os acordos complementam os mecanismos de sanção, quanto apropriado. No fim deste ano o Oficial de Conformidade com a Integridade interagiu com 33 firmas e indivíduos cujas sanções, impostas pelo Banco Mundial, implicaram uma condição de cumprimento. Participaram também com oito deles em programas de conformidade que estavam implementando para fortalecer políticas e controle internos que reduzem a incidência de fraude e corrupção. Está em andamento a primeira fase de discussões com cerca de 10 outras entidades. A INT enviou 40 recomendações de investigação a governos e entidades de combate à corrupção para abordarem possíveis violações de suas leis. As recomendações também podem proporcionar informações sobre problemas relacionados à implementação de projetos que podem ser abordados. Ganhar impulso junto às autoridades nacionais para que implementem as recomendações de informação continua a ser um dos aspectos mais desafiadores do trabalho da INT de combate à corrupção. Neste exercício financeiro a INT teve resultados promissores nos países aos quais tinha direcionado a sua cooperação. A Indonésia prendeu três indivíduos – inclusive dois funcionários públicos – e realizou uma auditoria do projeto

em questão, ao passo que na Etiópia um rápido acompanhamento de uma recomendação impediu que contratos no valor de US\$ 7 milhões fossem adjudicados a empresas que potencialmente adotavam má conduta.

## **Empenho em um combate global mais coordenado contra a corrupção.**

No EF11, com o apoio dos Governos da Austrália, Dinamarca e Noruega, a INT lançou em Washington, D.C. a Aliança Internacional de Caçadores da Corrupção, reunindo pela primeira vez 286 autoridades de processo penal e execução da lei de 134 países. Além disso, a INT patrocinou a Declaração dos Princípios Acordados para uma Execução Eficaz Global de Combate à Corrupção, celebrou acordos de cooperação com 11 organizações e governos para formalizar o intercâmbio de informações e investigações paralelas e está participando do plano de ação do G-20 destinado a impulsionar entidades de responsabilização e anticorrupção no nível de país. Por meio dessas iniciativas o Banco Mundial e a INT procuram influenciar uma política global de anticorrupção e esforços de implementação. O impacto atual e futuro da INT depende dos resultados de suas investigações e em que grau as exclusões dissuadem outras empresas de adotar má conduta; do grau em que se solidificam os seus esforços preventivos e de geração de capacidades; e do grau em que as autoridades nacionais e outros parceiros da comunidade internacional estão em condições de aplicar plenamente mecanismos jurídicos para combater a fraude e a corrupção.